

GREVE!



Crônicas da Procuradoria

Sou procurador do Estado!

3

Unidade em Foco

Atuação da PGE qualifica serviço jurídico das autarquias

7

Entrevista

Conheça as metas e propostas do novo presidente da Apeesp

8

Direito
Greve de servidores carece de regulamentação

APESP

Associação dos Procuradores do Estado
de São Paulo - APEP

Diretoria Gestão 2008/2010

PRESIDENTE

Ivan de Castro Duarte Martins

VICE-PRESIDENTE

Uilson Ramos Franco

SECRETÁRIA GERAL

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA FINANCEIRA

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Ana Carolina Izidorio Davies

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

Juarez Sanfelice Dias

DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Adriana Moresco

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Caio Augusto Limongi Gasparini

CONSELHO ACESSOR

Ana Cristina Leite Arruda

Carmem Lúcia Brandão (licenciada)

José Damião de Lima Trindade

Rosina Maria Euzébio Stern

Sebastião Vilela Staut Junior

Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Ana Maria Bueno Piraino

Arilson Garcia Gil

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável - MTB 30.748)

Tsonis Comunicação e Consultoria Ltda

FOTO

Acervo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal (p.4)

ILUSTRAÇÕES

Fábio Mariano

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO

Fonte Design

Tel. (11) 3864 8974

TIRAGEM

1.900 exemplares

Acesse a versão *on-line* do
JORNAL DO PROCURADOR
no *site* <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

Homenagem

Saudades

“Saudades! Sim...talvez...e por que não?

Se o sonho foi tão alto e forte

Que pensara vê-lo até à morte

Deslumbrar-me de luz o coração!

Esquecer! Para quê? Ah, como é vão!

Que tudo isso, Amor, nos não importe.

Se ele deixou beleza que conforto

Deve-nos ser sagrado como o pão.

Quantas vezes, Amor, já te esqueci,

Para mais doidamente me lembrar

Mais decididamente me lembrar de ti!

E quem dera que fosse sempre assim:

Quanto menos quisesse recordar

Mais saudade andasse presa a mim!”

Florbela Espanca, Livro de Sórór Saudade

A diretoria da Apesp solidariza-se com familiares e homenageia prestimosos colegas, falecidos recentemente, que tanto contribuíram para o fortalecimento da advocacia pública, construção da PGE e defesa do interesse público.

Ana Lúcia de Camargo Ferrari (9/07/1963 a 6/04/2008)

Formou-se em Direito pela PUC SP, em 1986, e ingressou na PGE em

1988, com atuação na área criminal

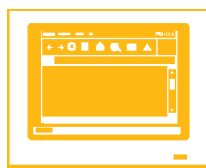
da PAJ, onde por 18 anos desenvolveu brilhante trabalho. Com a criação da Defensoria Pública passou a atuar na Procuradoria Judicial e encerrou sua carreira na CJ da Secretaria de Educação. Durante toda a sua trajetória profissional, Ana Lúcia destacou-se pela notória competência, dedicação e combatividade. Na vida pessoal sempre enfrentou os momentos mais difíceis com grande alegria.



“Falamos muito em evolução. É lógico que quanto mais se evolui, mais aumenta a nossa responsabilidade. Ela não nos assusta porque, além da notável equipe que aqui trabalha, agora soma a ela o trabalho dos recém-chegados procuradores e procuradoras que, temos certeza, não medirão esforços para atingirem os objetivos colimados pelo Estado”

Excerto do discurso do Cel. PM Tomaz Alves Cangerana, superintendente da CBPM, proferido na reinauguração da sala da Procuradoria Jurídica e publicado no informativo “Ao toque da Caixa” (edição n. 55). Leia matéria na íntegra, na página 7.

Acesse o site da Apesp



Nos próximos meses, o *site* da Apesp (www.apesp.org.br) será completamente reformulado em seu conteúdo, estrutura de navegação e projeto gráfico. No entanto, a atual *homepage* contém informações relevantes e presta diversos serviços aos associados. Na área restrita, além dos comunicados à Carreira, semanalmente é atualizado o informativo “Notícias do Conselho”, com o relato das sessões do Órgão. Na área livre, o associado pode encontrar a atualização diária do “Informativo Jurídico”, comunicados e notícias veiculados no Canal Associado e informações atualizadas sobre a Jusprev, além do conteúdo integral do “Jornal do Procurador” e do “Apesp em Movimento”.



Orlando Monzoni Wagner (11/08/1931 a 24/03/2008)

Formado em Direito, pela Universidade Mackenzie, em 1959, Orlando Monzoni Wagner ingressou na PGE em 1964. Classificado na PAJ, per-

maneceu na Unidade até a sua aposentadoria, em 1992. Com a implantação das Varas Distritais, foi nomeado procurador do Estado chefe dos Foros Regionais. Foi também corregedor auxiliar da PGE. Na OAB SP, participou, até o início de 2002, da Comissão de Direitos e Prerrogativas. Na esfera militar, formou-se no CPOR/SP, em 1952, e era atual diretor-secretário da Associação Brasileira de Oficiais da Reserva do Exército (Abore).



Mauro Sammarco Rosa (8/04/1929 a 1/04/2008)

Formado em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, em 1957, ingressou na PGE em 1970,

para atuar na Procuradoria Administrativa, onde permaneceu até 1976. Transferido para a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, ficou na Unidade até 1979. Classificado na Procuradoria da Segurança Pública, aposentou-se em 1989.



Dantas Batista Jota (2/09/1924 a 26/03/2008)

A família de Dantas Batista Jota chora a perda de seu mais ilustre causídico que ingressou na PGE em

1963 e aposentou-se, em 1980, na CJ da Secretaria de Segurança Pública. Profissional dedicado, encontrava-se em plena atividade, exercendo a advocacia privada.



Atas das reuniões de diretoria serão divulgadas à Carreira

Com o objetivo de aproximar a Carreira da entidade e dar mais transparência às suas atividades, a Apesp disponibilizará as atas das reuniões mensais de sua diretoria na área restrita do *site*. O documento da reunião realizada em 1º/04/2008 – a primeira da nova gestão – já está no *site* www.apesp.org.br! Acesse!

Sou procurador do Estado!

Em fins de 83, um grande grupo de trabalhadores, principalmente ex-barrageiros, invadiu uma fazenda na Região do Pontal. Procedida a reintegração de posse, formou-se um imenso acampamento às margens da rodovia. A situação no local era deprimente em todos os aspectos: da escassez de alimentos à precaríssima higiene, do insuportável calor nos barracos de lona preta às doenças carenciais, assim por diante. Por se tratar de área em processo discriminatório, o assunto envolveu a PGE, ainda vinculada à Justiça.

Tateando o chão com a bengala – resultado de grave acidente de trabalho –, fui a uma reunião para discutir o assunto com Norma Kyriakos, então procuradora geral, e José Carlos Dias, secretário de Justiça; também participaram Zé Eli, diretor do IAF da Secretaria da Agricultura, Zelmo Denari, da Regional de Prudente, e Miguel Kosma, diretor da Cesp. Consensualmente, optamos pela desapropriação da atual Gleba XV de Novembro e das Fazendas Ribeirão Bonito e Santa Rita; estas para atender a pequenos posseiros de longa data e aquela aos acampados.

Entendia que a desapropriação por utilidade pública era mais palatável ao Judiciário; Zelmo, com toda correção jurídica, diga-se de passagem, defendia a desapropriação por interesse social das áreas de posse, calcada na Lei Goulart (62). Para decidir, o secretário encarregou cada qual de minutar a respectiva exposição de motivos e decreto correlato. Brevemente apresentamos os trabalhos: do Zelmo, lapidar, o meu, bem o meu... Mas, parece-me que Zé Carlos gostou; tanto assim que chamou d. Tetê e mandou passar em papel timbrado da Secretaria “tal como estão nestas minutas”. Não foi outra surpresa quando vejo a exposição de motivos referente à Gleba XV reproduzida de forma fidelíssima àquela da minha Olivetti 32. Ou seja, “tal como” estava ali: “São Paulo, ...” no início e, rematando o texto, “No ensejo, reitero”. Contudo, os decretos foram publicados imediatamente.

Passada a fase das lucubrações jurídicas, vieram as informações e os memoriais dos mandados de segurança, de que se desincumbiram com maestria Celso Bastos e o meu amigo Pedro Ubiratan. Eu, bem eu..., era coadjuvante (fiz com denodo a entrega de memoriais). Nos dias de julgamento, íamos ao Tribunal de Justiça em grupo: Norma, Maria

Isabel Mourão, Terezinha Gorga, Edgard Silveira, Pedro Ubiratan, Reinaldo Lira (falecido colega da PA que, não sei porque, me chamava de “Barão Vermelho”). Celso fez as sustentações orais.

Perante o Órgão Especial, desde a primeira sessão, o julgamento do mandado de segurança contra o ato do governador, referente à desapropriação por interesse social foi amofinador. De pronto, o relator indeferiu a sustentação oral porque a Fazenda não pedira previamente para intervir no processo; posta a questão de ordem em julgamento, a maioria decidiu em sentido contrário. Adentrando-se no mérito, o resultado desfavorecia o Estado por quatro votos a um, quando, então, foi pedida vista do processo e suspensão a sessão.

Deixamos o Tribunal vexados. Norma foi a um “orelhão” para informar o resultado parcial ao governador. Diante da precariedade da comunicação, desisti e mandou-me que, imediatamente, fosse a palácio levar a notícia. Lá chegando, fui ter com Eduardo Muylaert, então assessor do governador. Expliquei a situação; achou conveniente que lhe dissesse pessoalmente, pois poderia querer mais detalhes. Entramos em seu gabinete; ele estava sozinho, sem paletó, mangas arregaçadas. Muylaert apresentou-me e o governador, simpático como sempre, foi logo dizendo: “Já conheço o Boeler” (era assim que me tratava); e, prosseguiu:

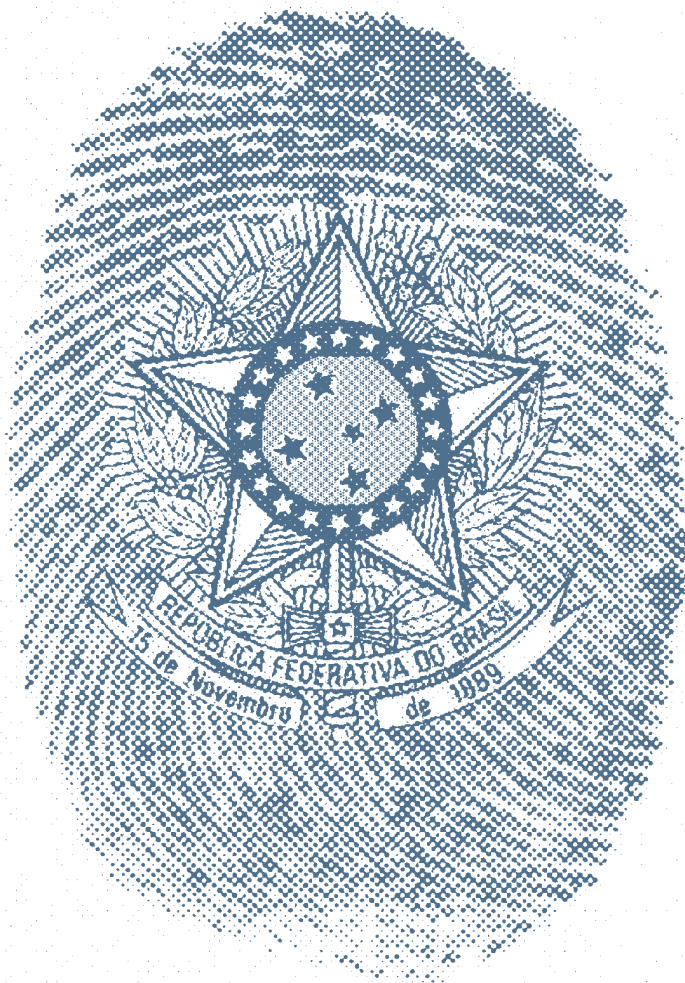
- Como vai, alguma novidade?
- Tenho sim, governador, mas não é muito boa. Hoje começou o julgamento do mandado de segurança, aquele que o senhor assinou os memoriais anteontem. A sessão do Órgão Especial do Tribunal foi suspensa quando perdíamos de quatro a um. Então, a Dra. Norma mandou-me que viesse aqui avisá-lo desse percalço.
- Mas, como? Tudo foi legal! Constitucional! Não vacilou: desarregaçou as mangas da camisa, recolocou as abotoaduras, vestiu o paletó e disse-me incisivamente:
- Vamos já pro Tribunal!
- Mas, governador, a sessão já foi encerrada. Somente na próxima quarta-feira o julgamento será retomado.
- Não interessa. Odyr convoca imediatamente. Vou reverter esse julgamento hoje mesmo.
- Governador, não há mais ninguém no Tribunal.

Dirigindo-se à porta do gabinete, pontificou:
- Já fiz isso antes, quando a Câmara ainda era no Rio. O Deputado Fulano e eu, inconformados com atos do presidente, fomos ao Supremo. Lá estava somente o Nelson Hungria. Ele convocou imediatamente os outros ministros e levou o assunto a julgamento naquela mesma noite. Saímos de lá com a decisão em mãos.

Pela porta entreaberta, Muylaert notou alguma anormalidade no ambiente e veio em socorro. Falei-lhe da disposição do governador. Ele, jeitosamente, lembrou-o de que uma missão estrangeira estava aguardando para ser atendida em audiência. Mesmo assim, político de estirpe única, o nosso colega André Franco Montoro, ainda protestou com veemência:

- Mas, como não vou defender o Estado?! Afinal de contas, sou procurador do Estado!

Juvenal Boller é procurador do Estado da CJ/SC. Atuou na área fundiária rural da PGE (80/94). Foi Procurador Regional (SP) e Procurador-Geral do INCRA (85/86).



Greve de servidores care

Instrumento essencial na luta por melhores remunerações e condições de trabalho, a greve é um direito constitucional garantido aos trabalhadores



A árdua batalha dos trabalhadores brasileiros pelo direito à greve remonta ao ano de 1946 quando, egresso da ditadura imposta pelo Estado Novo, o país promulgou uma nova Constituição – a 5ª da história e a 4ª da República – que no artigo n. 158 reconhecia o recurso da paralisação. Após o golpe militar de 1964, as greves foram proibidas e ressurgiram, como movimento de massa, apenas no final da década de 70, com as manifestações no ABC paulista. A Constituição cidadã de 1988 reafirmou o direito tanto para o setor privado (art. 9º) quanto para o funcionalismo (art. 37, inc. VII).

As paralisações no serviço público ganham em repercussão por trazer impactos diretos à sociedade. Ademais, no caso dos servidores públicos, não existe regulamentação específica sobre

a questão. O Projeto n. 4.497/2001 da deputada Rita Camata (PMDB/ES), que dispõe sobre os termos e limites do direito à greve do funcionalismo e regulamenta o artigo 37, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

“A inexistência de norma jurídica que regulamente a matéria faz com que os servidores interpretem o exercício do direito de greve sem quaisquer limites e, por algumas vezes, sem resguardar os direitos da população que, em última instância, é seu patrão imediato”, justifica a deputada Rita Camata, na apresentação do Projeto de Lei n. 4.497/2001. O PL recebeu um substitutivo do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), relator da proposta na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). No

entanto, tal projeto desagradou a diversos setores do funcionalismo.

A CUT e as entidades de servidores a ela vinculadas não concordam com o projeto. A Central defende que, antes da aprovação de qualquer regulamentação, deve-se ratificar a Convenção n. 151 da OIT, que trata da organização sindical e do processo de negociação dos trabalhadores públicos. O documento prevê, entre outros indicativos, a “instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública” (excerto do documento “As relações de trabalho no setor público: ratificação da Convenção 151”, disponível em: www.dieese.org.br). O presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, entende que a observância da Convenção n. 151 possibilitará a criação de uma “mesa nacional de negociação permanente, com participação inclusive de usuários, para tratar das condições de trabalho e salariais. Como consequência, cairá o número de greves”

Compelido pelo vácuo legislativo, o Supremo Tribunal Federal decidiu em outubro passado que, em casos de paralisação no setor público, deverá ser aplicada a Lei n. 7.783/89, que regulamenta e impõe limites às greves da iniciativa privada, tal como a obrigação de garantir ao menos 30% da prestação da atividade nos órgãos responsáveis por serviços essenciais à população.

Fique atento aos projetos apensados ao PL n. 4.497/2001

- PL n. 5.662/2001, de autoria do deputado Airton Cascavel (PPS/RR);
- PL n. 6.032/2002, de autoria do Poder Executivo;
- PL n. 6.141/2002, de autoria da deputada Iara Bernardi (PT/SP);
- PL n. 6.668/2002, de autoria da deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA);
- PL n. 6.775/2002, de autoria da Comissão de Legislação Participativa;
- PL n. 1.950/2003, de autoria do deputado Eduardo Paes (PSDB/RJ);
- PL n. 981/2007, de autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP).

Despesa de regulamentação

Advogados da União promoveram mobilização histórica

O Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal – composto por entidades representantes das carreiras da Advocacia Geral da União (procuradores da Fazenda Nacional, advogados da União e procuradores federais com atuação em órgãos vinculados, autarquias e fundações) e defensores públicos da União (veja composição completa no quadro ao lado) – deflagrou em 17/01, após decisão em assembléia, uma heróica greve que durou 85 dias. Em 11/04, após decisão do STF, que considerou o movimento ilegal e autorizou o desconto dos dias parados, o Fórum decidiu encerrar a mobilização (veja quadro abaixo). Segundo o presidente da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni), José Wanderley Kozima, a suspensão não significou o fim do movimento. “O Ministério do Planejamento afirmou que a greve prejudicava o andamento das negociações. Agora, com a suspensão, esperamos que o acordo seja cumprido”, afirmou.

A paralisação foi motivada pela quebra do acordo firmado em 1º/11/2007 entre as entidades, a AGU e o Ministério do Planejamento, que pretendia recompor, até 2009, a remuneração dos advogados públicos federais. A estratégia presente no pacto foi engendrada pelo atual Advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, e é bem conhecida dos procuradores paulistas: um formato híbrido que mescla uma parcela fixa (os advogados da União já adotaram o regime

Composição do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal

Sinprofaz – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
Anauni – Associação Nacional dos Advogados da União
Anpaf – Associação Nacional dos Procuradores Federais
APBC – Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil
ANPREV – Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social
Anajur – Associação Nacional dos Membros das Carreiras da AGU
ANDPU – Associação Nacional dos Defensores Públicos da União
APEFERJ – Associação dos Procuradores Federais do Rio de Janeiro

de subsídios) e honorários advocatícios. Além da melhoria na remuneração, o projeto visava à modernização e estruturação da AGU.

Em 26/11/2007, em carta endereçada aos líderes do Fórum, Toffoli anunciou a manutenção do compromisso. Contudo, sob a justificativa da não renovação da CPMF, o governo não editou a medida provisória com a efetivação do pacto. Para João Carlos Souto, presidente do Sinprofaz e coordenador nacional do Fórum, o movimento objetivou “demonstrar à sociedade o absurdo que é o governo não cumprir o acordo assinado e a palavra empenhada. Com qual moral exigiremos do contribuinte e sociedade a obediência às suas obrigações legais, se o governo não efetiva o que se comprometeu conosco”.

“O descumprimento foi uma decisão unilateral do Ministério do Planejamento. O Advogado-geral

da União sempre reiterou a disposição em cumprir o acordo. O próprio presidente Lula manifestou-se nesse sentido. Há uma visão equivocada do Planejamento, pela qual a valorização da Advocacia Pública é despesa e não investimento”, comenta Roberto Eduardo Giffoni, presidente da Anpaf.

O acordo já constitui uma concessão do movimento, uma vez que apenas equipara a remuneração das carreiras aos delegados e peritos da Polícia Federal, quando na verdade o pleito sempre foi a paridade com o Ministério Público da União. “Todo Advogado-geral entra na Instituição com a afirmação de que o propósito do Governo é valorizar essas carreiras, fundamentais ao Estado, por defenderem o patrimônio e as políticas públicas. No entanto, sucessivos acordos foram quebrados e a revalorização nunca chegou”, completa Kozima.

Em comunicado à carreira, Toffoli mostra convicção que a interrupção da greve é “ato importante e positivo para estabelecimento de um ambiente mais profícuo para negociações com o Ministério do Planejamento” e comprometeu-se com o propósito de intermediar o diálogo entre a categoria e o governo. “A instituição cumprimenta as entidades que compõem o Fórum e todos os advogados públicos e procuradores que, por ampla maioria, decidiram reassumir suas funções. Esse ato de boa-fé fará toda a diferença”.

Ronald Bicca, presidente da Anape, conversou inúmeras vezes com o Advogado-geral da União sobre a paralisação dos advogados públicos federais e acredita em um desfecho favorável. “O Advogado-geral da União sempre foi um parceiro da advocacia pública, ao defender sua autonomia e o deferimento de honorários aos membros da AGU. Os procuradores de Estado são devedores do ministro em várias questões: ao apoiar nossa inclusão no subteto do Judiciário, mesmo contra orientação do Governo, e defender até o fim nossas pretensões na votação da autonomia das PGEs”.

Semelhante à PGE/SP, a AGU desempenha atividades fundamentais ao resguardo do interesse público. “Somos uma Instituição superavitária. A AGU, nos últimos cinco anos, trouxe um resultado em torno de R\$ 100 bilhões, tanto na cobrança da dívida ativa quanto nas ações de impedimento de despesas”, esclarece Giffoni. Segundo João Carlos

Batalha judicial

A falta de regulamentação para greves no funcionalismo acarreta invariavelmente intensas batalhas judiciais, que acabam por desaguar nos Tribunais Superiores. O movimento dos advogados públicos federais é paradigmático, pois foi o primeiro com tal magnitude a ser deflagrado à luz da decisão do STF, de outubro passado, pela qual as paralisações no setor público devem ser regidas pela Lei n. 7.783/89. O Fórum impetrou uma ação coletiva pela legalidade da greve na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (TRF-4), que transferiu a competência para a 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. No foro de Brasília, a juíza Lolete Maria Fialho de Oliveira proferiu decisão pela ilegalidade. A Anajur recorreu ao TRF-4 e o desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz considerou sua a competência e concedeu liminar que impedia o Executivo e a Advocacia-Geral da União de tomarem qualquer medida disciplinar contra os grevistas. No entanto, em 08/04, o ministro Gilmar Mendes, do STF, definiu que o governo federal deve descontar os dias parados dos salários dos advogados públicos, por ser a greve ilegal. Ademais, o ministro entende que não compete à primeira instância examinar paralisações em mais de um Estado.

Souto, a “Dívida Ativa é estrondosa. O governo precisa investir na AGU, pois com isso, a médio e longo prazo, seria possível até diminuir a carga tributária”. Outra similaridade dá-se pelo lado negativo: a quebra da paridade remuneratória acarreta grande evasão de quadros na AGU. “Somos trampolim para outras carreiras jurídicas, como a magistratura, ministério público e até procuradorias estaduais mais estruturadas. É difícil encontrar um advogado público da União que esteja há mais de 12 anos na carreira”, alerta Kozima

O Fórum protagonizou ações criativas para dar visibilidade ao movimento grevista. Além das tradicionais formas de mobilização – como as passeatas, concentrações em frente do Ministério do Planejamento e visitas ao Congresso Nacional –, as lideranças coletaram requerimentos para exonerações de cargos em comissão e fez denúncias a órgãos externos (Ministério Público Federal e TCU) e organismos internacionais. Em 24 de março, foi protocolada uma denúncia contra o governo brasileiro no Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília, pelo descumprimento de sucessivos compromissos salariais.

Roberto Eduardo Giffoni conclama os advogados públicos – das esferas federal, estadual e municipal – a ficarem vigilantes quanto às condições remuneratória e de trabalho. “Espero que a nossa mobilização sirva de exemplo para todos os segmentos, no sentido de buscar permanentemente a valorização, a consolidação e o disciplinamento das nossas prerrogativas. Isso pode ser feito em conjunto com a ANAPE, associação de procuradores estaduais e municipais”.

Pelo Brasil, PGEs buscam afirmação de direitos

Ao assumir a presidência da Anape, Ronald Bicca traçou como meta unir os procuradores de todo o Brasil e compartilhar as realidades existentes, para fomentar uma salutar comparação e buscar um nivelamento pelas melhores condições. A partir disso, “começaram várias lutas de melhoria. Hoje temos um tratamento constitucional adequado em um terço dos Estados. Quero fechar nossa gestão com, ao menos, metade mais um, para criar um fator a mais de pressão nas demais unidades da Federação”.

Ronald Bicca salienta que “a questão remuneratória anda junto com as condições de trabalho. Com o respeito, tudo de bom vem junto. Por isso, digo aos colegas para nunca serem subservientes e sempre exigirem o cumprimento da Constituição Federal, que nos dá o mesmo tratamento do Ministério Público, como função essencial à Justiça. Sou contra essa história de ‘dar os anéis para não perder o dedo’. Quem dá o anel, perde o dedo, depois perde o braço e, finalmente, o pescoço. Não devemos ser amigos de governo algum, nem inimigos, temos que ser respeitados.”

Atualmente, nenhuma PGE estadual encontra-se em greve. O último movimento foi encerrado

em 27/03, no Estado do Maranhão, onde os procuradores ficaram paralisados por 96 dias. O resultado foi um sucesso: a categoria conseguiu do governo o cumprimento de pleitos imediatos – aumento de 30% e distribuição de honorários advocatícios por dois meses seguidos – e a reabertura de negociações para equiparação total com a magistratura. “Em outros Estados, antes que o movimento tomasse proporções incontroláveis, os governos reabriram o diálogo”, comenta Bicca.

O presidente da Anape esclareceu também o estágio da luta pela autonomia administrativa e financeira nas PGEs. “Na votação final de nossa PEC, tanto o governo quanto a oposição uniram-se para destruir a proposta. Estamos diuturnamente no Congresso Nacional e, na base do convencimento e da demonstração do interesse público em jogo, acreditamos poder aprovar tal conquista, que é da sociedade como um todo. Todavia, são as vantagens de nosso fortalecimento que jogam contra a Carreira, pois quem espolia e vive às custas da corrupção e dos recursos públicos não quer um efetivo controle da legalidade, principalmente nas áreas dos contratos, licitações etc.”

GREVE

Procuradores paulistas já paralisaram atividades

Em 11 de agosto de 2004, Apesp e Sindiproesp promoveram um dia de paralisação pela paridade remuneratória e por condições dignas e infra-estrutura de trabalho. O ato foi motivado após decisão de “reajuste zero”, rompendo acordo firmado que previa uma sistemática de reajustes anuais para recomposição da remuneração dos procuradores. Em 2000, o reajuste de 38,20 % concedido a promotores e juizes, não extensivo aos procuradores paulistas, aprofundou o “abismo” entre as carreiras jurídicas estaduais.

O principal ato de protesto e aglomeração de procuradores ocorreu no histórico endereço da Av. Liberdade n. 32, então sede da PAJ Cível de São Paulo. Em outros pontos da cidade e em inúmeros municípios do interior, os colegas também demonstraram a insatisfação generalizada. Em

2000, ato semelhante foi realizado em frente ao Fórum João Mendes, quando se optou também pela construção das “Tendas da Cidadania”, nas quais os assistidos da PAJ obtiveram orientações para suas demandas jurídicas.



Procuradores concentram-se na sede da PAJ, em 11/08/2004.

Excelência na atuação garante espaço à PGE nas autarquias

Pioneiros: procuradores superam dificuldades e levam bandeira da PGE a novos espaços institucionais

Em 2007, a assunção das autarquias sofreu uma guinada, com a criação das Coordenadorias Jurídicas para atuação descentralizada nas Unidades. Ressalta-se o heroísmo dos procuradores designados para cumprirem o mister. Pioneiros, inauguraram um novo espaço institucional e depararam-se com um estoque enorme de processos, relacionados a assuntos novos e diversificados.

De forma geral, o contencioso ficou a cargo dos procuradores do Estado, e a consultoria jurídica dos procuradores autárquicos, sob orientação do Gabinete da PGE. Em muitos casos, pela confiança no trabalho, as Superintendências têm solicitado consultoria aos procuradores do Estado. Certamente, esse será mais um espaço que a PGE conquistará para imprimir também a sua dinâmica de trabalho.

A nova função deverá ser acompanhada por um reforço do quadro de procuradores. Nas unidades visitadas – exceção feita ao Daesp – detectou-se o baixo número de colegas, frente à demanda existente. Tal realidade reforça sobremaneira o pleito por novos concursos de ingresso na PGE.

Para Daniel Pagliusi, diretor de comunicações da Apesp, é notório que a presença dos procuradores nas autarquias atende o interesse público paulista. “Ficou clara a excelência na atuação desses colegas e o impacto positivo para as Unidades”. Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes, membro do Conselho Fiscal, destaca a imagem “altamente positiva construída pelos procuradores na execução dos trabalhos e sua repercussão perante as Superintendências, o Governo e o Poder Judiciário”.

Atenta à conjuntura, a Apesp dará voz a esses colegas. No ano passado, o JP percorreu as 12 Procuradorias Regionais e, ao constatar os frutos obtidos com o trabalho – transporte de processos por malotes, credenciamento de contadores, contratação de estagiários administrativos etc. – resolveu entender o projeto também para as demais Unidades. Nesta edição, a seção “Unidade em Foco” abordará as visitas ao DER, CBPM e Daesp.

Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Superintendente: **Delson José Amador**
 Coordenadora jurídica: **Flávia Depiné**
 Subcoordenadora: **Alessandra Obara**
 Número de procuradores: 12

Panorama:

Inicialmente, os procuradores do DER não se acomodaram na autarquia por falta de estrutura adequada. Após muito esforço, conseguiram uma sala com espaço insuficiente. Por outro lado, os equipamentos de informática são muito bons. A equipe funcional é restrita. Há apenas uma funcionária para auxiliar nos precatórios e outra para serviços de secretariado. Cada colega tinha um estagiário de Direito cedido pela autarquia. Mas por intervenção do MP, que detectou problemas no concurso de ingresso, os estudantes têm deixado a função. Atento à questão, o Gabinete da PGE cedeu seis vagas de estágio

para a coordenadoria do DER, mas até o momento apenas duas foram preenchidas. Apontou-se a necessidade da criação de um corpo técnico – peritos, contadores etc – vinculados diretamente à PGE, que traria uma maior uniformidade aos laudos e cálculos. Atualmente, os procuradores podem recorrer apenas aos peritos cadastrados pela autarquia. Encontra-se em andamento novo procedimento de credenciamento de peritos, promovido pela autarquia, com a participação da Coordenadoria da PGE.

O estoque de ações é muito grande e diversificado: matérias de servidores, contratos, precatórios, indenizações, desapropriações, licenças ambientais, assuntos rodoviários específicos. Dessa forma, ainda não foi possível levantar todo o acervo, pois o controle anteriormente existente era muito deficitário. Para se ter uma idéia, existem muitos processos passíveis de arquivamento, e outros tantos sem espelho administrativo do judicial. Com bom humor, os procuradores da Unidade firmaram o seguinte lema: “Pelo DER, nada está precluso e tudo está prescrito”.

Estão sob responsabilidade dos colegas, precatórios bilionários, tal como o da empresa Aragon (cifra de R\$ 3 Bilhões, em recurso de 2ª Instância). Ademais, o DER está espalhado por todo interior, o que reflete também na sobrecarga das Regionais. Segundo os procuradores do DER, além do volume enorme de trabalho na Capital, ainda são responsáveis pelo acompanhamento das ações oriundas do interior em fase recursal.

Pela dimensão da autarquia, existe a equivocada noção de que há grande apoio e estrutura à disposição. Ao contrário: enfrenta-se resistência de alguns setores e funcionários, pela nova dinâmica de trabalho imposta. Apesar de algumas dificuldades iniciais, a interação com os autárquicos tem sido boa, até pelas competências serem bem delimitadas. Aos autárquicos cabe a consultoria, as execuções fiscais e as ações relacionadas a infrações de trânsito.

Caixa Beneficente da Polícia Militar (CBPM)

Superintendente: **Cel. PM Tomaz Alves Cangerana**
 Coordenadora jurídica: **Kátia Gomes Sales**
 Subcoordenadora: **Márcia Akiko Gushiken**
 Número de procuradores: 8

Panorama:

A recepção aos procuradores de Estado na CBPM foi calorosa. A CBPM contava apenas com um autárquico para cuidar de 6 mil processos e tinha urgência pelos préstimos da PGE. O estoque total era aproximadamente 9 mil feitos. Porém, 3 mil estavam a cargo da PJ 8 – à época responsável pelas autarquias e agora especializada em ações de medicamentos.

Foi esse cabedal que a coordenadora Kátia Gomes Sales e a subcoordenadora Márcia Akiko Gushiken – oriundas da PJ 8 – trouxeram para a autarquia, possibilitando inclusive a adoção de teses jurídicas já estabelecidas. As execuções (precatórios e OPVs) foram o maior problema. Nesse sentido, a Coordenadoria iniciou a implantação de uma banca de execuções.



Fábio Trabold Gastaldo (à esq.) e Paulo David Cordioli (à dir.)



Da esq. para a dir (atrás): Daniel Pagliusi (diretor da Apesp), Danilo Barth Pires, Sabrina Ferreira Novis, Raquel Cristina Marques Tobias, João César Barbieri Bedran de Castro, Sérgio Cedano e Paulo Novaes (conselheiro fiscal da Apesp). Da esq. para a dir. (frente): Márcia Akiko Gushiken, Kátia Gomes Sales, Cláudia Kiyomi Quian Trani.



Juliana de Oliveira Duarte Ferreira, José Marcos Mendes Filho, Marina de Lima, Alessandro Rodrigues Junqueira, José Carlos Novais Jr, Alessandra Obara, Rafael Franco, Rodrigo Levkovicz, Soraya Lima do Nascimento e Luiz Henrique Tamaki.

Atualmente, a carga mantém-se em 10 mil, o que gera bancas com 1.300 processos cada. Em boa parte, são feitos referentes a direitos previdenciários dos dependentes dos policiais militares. Contudo, é o aumento progressivo de ações que torna a escassez de procuradores mais preocupante: mensalmente, entram na autarquia cerca de 150 novos processos, além de pouco mais de 40 mandados de citação referentes à fase de execução da obrigação de pagar.

No início – até pela premência da instalação do setor –, os colegas chegaram sem uma estrutura adequada, mas os equipamentos e mobiliário foram disponibilizados e, agora, a estrutura é boa.

O apoio funcional de sete servidores é considerado ideal, porém a Coordenadoria aguarda a chegada de três estagiários de Direito que serão fornecidos pela autarquia, via convênio com a Fundap. Atualmente, apenas dois estagiários atuam na Unidade, cedidos pela PJ. O procurador autárquico presta consultoria em processos administrativos referentes à concessão de pensões.

Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp)

Superintendente: **Sérgio Augusto de Arruda Camargo**
 Coordenadora jurídica: **Fábio Trabold Gastaldo**
 Número de procuradores: 2

Panorama:

As demandas da Coordenadoria Jurídica do Daesp referem-se prioritariamente a questões de servidores e ações civis públicas, motivadas pela construção de aeroportos no interior do Estado. Especificamente nessa autarquia, o quadro de procuradores é considerado satisfatório. As condições de estrutura e de apoio funcional são boas. O relacionamento com os autárquicos – que tratam de ações trabalhistas e prestam consultoria – é excelente.

Força de luta é intrínseca aos procuradores



Os 27 anos de serviços prestados à PGE agregaram ao currículo de Ivan de Castro Duarte Martins os cargos de chefia na Seccional Jundiaí, na Procuradoria Regional de Campinas, de conselheiro eleito por dois mandatos (1991/1992 e 2003/2004) e diretor financeiro da Apesp (2006/2008). É com essa profícua trajetória profissional que Ivan de Castro chega à presidência da Apesp, com a missão de manter a entidade um instrumento para obtenção dos supremos interesses da carreira, norteadas pelos compromissos de luta e independência, "sem render vassalagem aos donos do poder. Essa é uma longa, árdua e contínua caminhada, por entre uma floresta ínvia, e exigirá muita disposição".

JP - Expressões como a "Nova PGE" e "reestruturação da Carreira" têm sido utilizadas com frequência pelo atual procurador geral do Estado. Para a Apesp, quais projetos devem ser priorizados e efetivados para alcançar tal propósito?

Ivan Duarte – A Nova PGE nasceu com a criação da Defensoria Pública e a conseqüente transferência das atribuições de assistência judiciária – e com elas 400 cargos – àquela Instituição, abrindo espaço para a reestruturação, que já se fazia necessária há algum tempo, tanto que o Conselho da PGE (biênio 2003/2004) já havia confeccionado um anteprojeto de Lei Orgânica. Assim, o ideal seria a aprovação de nova Lei Orgânica que cuidasse de todos os aspectos para formatar essa Nova PGE. Mas se um projeto dessa envergadura não parece possível, merecem atenção temas pontuais como a promoção desvinculada da existência de cargos, a criação de sistemas compensatórios para quem exerce função de chefia, substitui bancas de outros colegas, ou ainda, para aqueles que atuam em bancas particularmente espinhosas.

JP - A estrutura funcional da PGE é extremamente deficitária – faltam funcionários e em muitas Unidades já se resente a falta de procuradores. A nova diretoria vai cobrar o atual Gabinete pela realização de concursos públicos, tanto para servidores quanto para procuradores?

Ivan Duarte – Esse é um tema que tem sido alvo de cobranças constantes, não só da parte da Apesp, mas também dos conselheiros eleitos, do Sindiproesp e dos colegas procuradores. A nova diretoria não vai abandonar essa luta.

JP - Como a Apesp atuará perante o Conselho da PGE – lidando canal de reivindicação e acolhimento de proposições da carreira – para viabilizar tais projetos?

Ivan Duarte – O Conselho poderá contar com o nosso incondicional apoio na busca da concretização desses projetos que trarão a modernização da Instituição.

JP - Em 2007, a Carreira, em decisão soberana, tomada em AGE, resolveu não adotar o regime de subsídios. Caso o enfrentamento da questão volte a ser imperativo, como a atual diretoria vai enfrentar tal desafio?

Ivan Duarte – Antes de mais nada, parece fundamental auscultar o desejo dos associados, realizando assembléia geral, para depois executar a decisão soberana colhida no encontro. O fundamental é que a carreira permaneça unida em torno de um ideal.

JP - Ainda sobre a sistemática remuneratória, a adoção dos subsídios pela Magistratura e pelo ministério público, quebrou novamente a paridade remuneratória entre procuradores de Estado, promotores e juízes. Mantido o atual modelo, como a nova diretoria irá lutar pela reconquista da paridade?

Ivan Duarte – Vivemos um momento de expectativa em torno do desenlace da questão anual que envolve a revalorização das cotas da verba honorária. Essa expectativa aumenta à medida que se aproxima o mês de

julho, quando ocorre a decisão final sobre o assunto. Por ora, ainda nos encontramos na fase técnica, de levantamento e conferência dos números. De qualquer modo, a atual sistemática remuneratória está montada num tripé formado pela verba honorária, pelo salário base e pela gratificação do regime de advocacia pública – que corresponde a 80% do valor de referência. O salário base, ou valor de referência, utilizado como parâmetro para o cálculo do pró-labore de chefias, não conhece reajuste desde o ano de 1995, situação que compromete o sistema. Assim, além da revalorização das cotas de verba honorária, entendo imprescindível assegurar o reajuste do salário base.

JP - Existe uma preocupação com a redução da arrecadação da verba honorária, em boa parte justificada pelos programas de parcelamento?

Ivan Duarte – A arrecadação da verba honorária constitui assunto muito sensível aos procuradores, pois é ela que, em grande proporção, assegura os níveis salariais atuais e dela depende, quase que integralmente, pelo menos na sistemática vigente, sua futura revalorização. Assim, seria insincero afirmar que o comportamento declinante apresentado pela arrecadação não inspira preocupação.

JP - A autonomia financeira e administrativa das PGEs está em tramitação no Congresso por meio de um PEC. Qual será a atuação da Apesp para garantir a aprovação desses mecanismos de independência institucional?

Ivan Duarte – Nessas questões, parece-me importante agir em sintonia com a Anape e, por sua orquestração, comparecer maciçamente aos debates no Congresso Nacional e dialogar intensamente com os parlamentares, como, aliás, foi feito por ocasião da reforma da previdência.

JP - A luta pela eleição do procurador geral, por meio de lista tríplice, é um compromisso da atual diretoria?

Ivan Duarte – A escolha do procurador geral a partir de lista tríplice composta por nomes sufragados pelos colegas é um sonho antigo da Carreira que jamais poderá ser abandonado pela entidade que reúne e representa os procuradores do Estado de São Paulo.

JP - O senhor construiu boa parte de sua trajetória no interior, mais especificamente na PR-5. Como a Apesp atuará em prol dos pleitos dos colegas classificados nas PRs, que vivenciam especificidades em sua atuação?

Ivan Duarte – Realmente, toda a minha vida funcional se desenvolveu na PR-5 e já são quase 27 anos. E as unidades do interior apresentam, efetivamente, especificidades que não são encontradas em unidades da Capital. Muitas delas são de difícil equacionamento. O importante é manter a Apesp funcionando como veículo de encaminhamento dessas questões ao gabinete do procurador geral e contribuir para a construção das soluções.